

A Grande meretriz: um decálogo de lugares comuns sobre a história da Igreja

The Great Whore: a decalogue of platitudes about the history of the Church

Fábio Augusto Scarpim*

SCARAFFIA, Lucetta. *La grande meretrice: un decalogo di luoghi comuni sulla storia della Chiesa*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013. 261pp.

Palavras-chave: Lucetta Scaraffia; igreja; a grande meretriz

* Professor da rede pública do Estado do Paraná, Brasil E-mail: fabio_scarpim@hotmail.com

A Grande meretriz. O título do livro já inicia com uma expressão, cunhada por Santo Ambrósio para se referir a uma duplicidade corrente na

história da Igreja. A ideia da Igreja como santa e pecadora, a *casta meretrix*, cuja analogia se refere a uma representação dual como faces da mesma moeda - a prostituta arrependida e a esposa de Cristo - é carregada de ambivalência. A Igreja imaculada enquanto lugar beatificado por Deus, e ao mesmo tempo, pecadora empenhada em confessar e redimir seus pecados.

Essa duplicidade presente no título ilustra bem as intenções do presente livro sobre temáticas extremamente relevantes e que geram amplas discussões quando se trata do estudo da história da Igreja Católica. Escrito por sete mulheres, nem todas católicas, é composto por 10 ensaios, ou melhor, 10 capítulos que tem como objetivo rever alguns estereótipos difusos e ainda muito presentes quando o tema de discussão é o catolicismo. A Inquisição como a grande mancha negra, a imposição do celibato eclesiástico, o horror ao sexo, a Igreja como opressora das mulheres, os inúmeros equívocos e erros históricos atribuídos ao Vaticano, a Igreja como oposta ao desenvolvimento científico e tecnológico. Esses são apenas alguns dos estereótipos e lugares comuns que dificultam e que impõe uma compreensão enviesada da Instituição Católica.

Segundo as autoras, tais visões foram elaboradas a partir do século XIX junto ao fenômeno da secularização e as ondas anticlericais emanadas da Revolução Francesa. Em meio às transformações do mundo moderno e aos embates com os discursos de alguns papas ultramontanos, tais correntes associaram a Igreja Católica ao obscurantismo, ao atraso e a estagnação contribuindo para a cristalização dessa imagem que, em muitos sectores, está presente ainda hoje.

O primeiro lugar comum, examinado no texto de Sylvie Barnay, vem de encontro com o título do livro e que, ao mesmo tempo, têm uma relevância bastante atual, pois as inúmeras acusações atribuídas a Igreja Católica como espaço de corrupção encontram respaldo numa releitura das diferentes interpretações dadas à imagem da Grande Prostituta. No livro do Apocalipse tal imagem é associada à Babilônia, mais tarde nos primeiros séculos do cristianismo a mesma imagem se associa à Roma. Em diferentes contextos, da Antiguidade ao século XX, a imagem da Grande Meretriz é acionada, não com significado essencialmente sexual, mas para sublinhar a ideia da Igreja como pecadora que se arrepende de suas culpas e busca sua remissão na Jerusalém celeste, ou seja, a distância da Igreja temporal daquela ideal do fim dos tempos. Assim, a oposição entre a Igreja imaculada e santa e a Igreja pecadora e peregrina constitui uma forma de oposição entre o real e o ideal. A Igreja não é identificada como prostituta, mas a prostituta é uma imagem para indicar a sua posição em uma perspectiva teológica.

A Igreja peregrina, real é comparada a imagem de diferentes mulheres pecadoras enquanto a Igreja ideal à Jerusalém celeste, a bela esposa. Portanto, ao contrário da imagem comumente difusa que associa o catolicismo como anti-feminista, aqui temos imagens femininas para representar os dois lados

da moeda.

O segundo tema do decálogo, dos lugares comuns, examina o mito das origens. Não como algo sepultado no passado, nem como algo condensado no tempo, mas como referência de orientação para o futuro. Diante dos inúmeros questionamentos postos à Igreja, especialmente pós Concílio Vaticano II busca-se compreender os caminhos para uma autorreflexão e um exame de consciência tanto individual como coletivo de qual são os papéis e o lugar da Igreja na sociedade contemporânea. Assim, por meio do mito das origens, a autora discute como algumas práticas de uma Igreja primitiva (dos primeiros apóstolos e dos mártires) serviriam como ideal, especialmente em relação à religiosidade e a espiritualidade, para superar os desafios impostos a Igreja no mundo atual.

O terceiro tema do decálogo é um dos mais polêmicos e um dos grandes nodos da Igreja atual: o celibato eclesiástico. Uma visão secularizada da sociedade propõe a redução das regras e proibições aos comportamentos sexuais por entender que estes se referem às pulsões do indivíduo e as suas decisões, que não devem ser objeto de regulação de regras morais, sociais ou religiosas. O brilhante ensaio de Lucetta Scaraffia mostra o lento processo de institucionalização do celibato, que só triunfou definitivamente para os clérigos, quando este foi reafirmado no contexto das Reformas Religiosas do século XVI. Nas suas origens este surgiu não como imposição de uma hierarquia eclesiástica, mas como uma possibilidade de escolha. Em uma sociedade que considerava o casamento como destino quase certo, especialmente para as mulheres, a ideia da castidade aparece no mundo antigo como uma primeira possibilidade de decisão individual. A castidade não era pensada apenas como uma negação da sexualidade, mas também como uma via de ascensão espiritual e intelectual possível tanto a homens quanto a mulheres. É importante considerar que a opção pela via da castidade possibilitava a promoção para determinados espaços que em outras situações não era possível.

O quarto tema examinado trata-se aquilo que é apontado como a “Grande mancha negra” na história da Igreja Católica, ou seja, a Inquisição. Quando se examina a história dos tribunais inquisitoriais deve ser levado em conta os seus diferentes momentos e espaços de atuação, bem como os diferentes contextos históricos. O ensaio de Anna Foa faz um percurso sobre a história das Inquisições explicando suas origens, como funcionavam os mecanismos de repressão e como estes se transformaram no decorrer do tempo. Sua análise aponta para a complexidade desses tribunais eclesiásticos contribuindo para desconstruir uma série de generalizações e simplificações que imperam quando se toca na palavra Inquisição. Diferencia os tipos de Inquisição (são pelo menos três: a medieval, a Ibérica - espanhola e portuguesa vigente na Idade Moderna - e aquela romana). Chama atenção para a diferença com os tribunais laicos ou eclesiásticos não inquisitoriais. Destaca que a tortura era

algo autorizado pela justiça civil e que o número de condenações foram muito menores se comparado aos tribunais civis ou de foro misto. Não porque os tribunais inquisitoriais eram mais clementes, mas porque o objetivo primário era a confissão e a retratação dos heréticos.

No que concerne às bruxas traz um dado interessante. Dos cerca de 110 mil processos registrados entre os séculos XVI e XVII a maior parte ocorrido na Europa do Norte (com forte predomínio do protestantismo), mais da metade foram condenações realizadas por tribunais civis. É importante destacar que a análise realizada pela autora serve para a compreensão dos fenômenos históricos e não deve ser entendida como “defesa” da Igreja Católica ou produto de sua militância, pois Foa não é católica, mas sim judia. Particularmente chama atenção a maneira pela qual a autora finalizou seu ensaio ao fazer um balanço sobre os procedimentos inquisitoriais comparando com outros tribunais sejam mais recuados no tempo como aqueles do século XX.

Vogliamo confessarlo, alla fine? Se proprio dovessi scegliere da quale di questi temibili tribunali preferirei essere processata per quello che penso o credo, non sceglierei mai un tribunale sovietico dell'epoca delle grande purghe staliniane. E nemmeno mi piacerebbe farmi processare dai tribunali laici dell'età dell'assolutismo. Sceglierei nonostante tutto l'Inquisizione, quella romana naturalmente. Sempre sperando che Dio me la mandi buona (p.111).

A relação entre a Igreja Católica e a questão das perseguições as bruxas é retomada também no texto seguinte de L. Scaraffia. Nesta seção a autora desconstrói a ideia corrente de que os protestantes eram mais modernos em uma série de questões da qual os católicos seriam mais conservadores. Tornando a questão das bruxas, o pertencimento religioso não era fator decisivo nas condenações, tanto que bruxas foram mandadas para a fogueira tanto em áreas católicas como protestantes. Aliás, um episódio de fundamentalismo e histeria coletiva como aquele de Salém ocorreu em área protestante e em um momento histórico em que as condenações por magia estavam em pleno declínio na Europa Católica.

Outro ponto posto em discussão refere-se à ética protestante como promotora do capitalismo. Muitos elementos têm origens medievais, importados do franciscanismo, portanto anteriores ao protestantismo e que foram incorporados por eles. Da mesma forma o individualismo. A confissão auricular (transformada em um momento coletivo por Lutero) foi uma premissa que se intensificou no mundo católico após as Reformas. Da mesma forma a questão do combate ao progresso e o cientificismo no século XVIII e XIX. Batalhas foram travadas tanto no meio protestante quanto no meio católico.

Outra característica atribuída como específica dos protestantes: o

disciplinamento social, da vida familiar e do casamento também é encontrada no mundo católico. Em ambos os contextos caminham na mesma direção: no caso católico na paróquia e no caso protestante por meio da comunidade. Na prática, o mundo católico e o protestante não se constituíram em realidades opostas. Um não pode ser entendido como mais avançado e outro como retrógrado. Havia mais pontos de contato que de divisão, pois as propostas dos reformadores nunca se trataram de uma profunda cisão.

Tratar de Inquisição e das cisões da cristandade no início da Idade Moderna não pode deixar a margem outro nodo na história da Igreja: a questão do antissemitismo. Novamente a palavra é dada à Anna Foa que se preocupa em discutir como vem narrada histórica e historiograficamente as relações entre Igreja Católica e judaísmo. A suposta hostilidade antihebraica seria algo mais recente do que se imagina e somente teria aparecido depois que os hebreus se tornaram iguais aos outros, obtendo cidadania e plenos direitos e deveres. Misturaram-se aos cristãos de maneira tal a não deixar subsistir diferença alguma senão aquela religiosa, não implicando mais critérios negativos de valor. Chamando atenção em relação à construção historiográfica da relação entre antissemitismo e Igreja Católica, a autora destaca as diferenças entre aquilo que se refere a uma questão racial e física forjada no século XIX e o antijudaísmo que se trata da questão religiosa. Analisando historicamente como ambos se manifestaram destaca que no caso do antijudaísmo, a Igreja em geral buscava a conversão, mas não o massacre e a eliminação como se verificou com os defensores do antissemitismo.

Também destaca que o ataque aos hebreus e a sua perseguição na maior parte das vezes foram promovidas pelas autoridades laicas. Com o fortalecimento das monarquias o apelo à unificação religiosa se torna muito forte e com ela a intolerância. Entretanto, a Igreja se mostrava refratária a conversão forçada (entenda-se aqui o uso da força física) por causa das contradições que esta gerava na concepção sacramental do batismo. A Igreja em muitas situações buscou um equilíbrio com os judeus, inclusive são registrados muitos momentos na história que tal equilíbrio existia e funcionava. O longo percurso de hostilidade gestado contra judeus, que remonta à Antiguidade e culmina no genocídio nazista, não pode ser entendido como uma coisa única isenta de transformações. Devem ser analisados seus respectivos contextos sociais, religiosos, políticos e culturais e como este grupo foi visto ao longo do tempo.

O sétimo tema de estudo, analisado por Pelaja, é certamente o mais discutido, aquele que mais causa mais polêmica e conseqüentemente aquele que gera mais incompreensões e que toca diretamente a outros lugares-comuns discutidos no presente livro. Trata-se justamente do suposto ódio da Igreja em relação ao sexo. Culpa, pecado, vergonha é a ele comumente associado quando se refere a sua relação com a Igreja. Não é assim, nem sempre foi assim,

destaca Pelaja. O cristianismo introduziu uma concepção nova sobre o corpo. O corpo é algo sagrado, o templo do Espírito Santo, e as pulsões e os desejos dele proveniente não são por si só algo neutro, nem tampouco pecaminoso, ao contrário, são forças para governar e endereçar o modelo de vida que cada crente pode escolher. O cristianismo trouxe possibilidades que não existia em outras culturas. A importância sobre o matrimônio e a sexualidade exigiu uma ampla discussão jurídica e teológica que duraram séculos e que determinou como fundamento unívoco que a centralidade da união conjugal é a copula carnal.

A valorização da castidade não implicou necessariamente na repressão da sexualidade, pois o sexo foi definido como elemento central na consumação e na manutenção do vínculo conjugal. Não era a esterilidade de um dos cônjuges a causa possível de separação e novas núpcias, mas a impotência. Uma visão mais conservadora que determinou a elaboração de códigos morais rígidos ocorre depois do Concílio de Trento, no qual emerge o senso do pecado e da culpa como condição intrínseca do cristão em se tratando dos desvios sexuais. Com o processo de secularização a ciência e o Estado vão retirando progressivamente a autoridade da Igreja nesse tema obrigando-a se posicionar frente à perda de sua hegemonia espiritual e cultural. Uma nova visão do humano centrado no corpo como lugar da natureza e não da moral propôs a substituição da antinomia entre pecado e virtude por aquela entre são e doente.

Enquanto a sociedade moderna passou a defender o corpo e a sexualidade como espaço para a realização da vontade e dos prazeres individuais a Igreja manteve uma posição que não dissocia sexualidade da procriação e que entende a dimensão sexual não como uma questão apenas terrena e do indivíduo, mas como algo do coletivo e de importância significativa na dimensão espiritual.

O oitavo capítulo do livro discute a ideia corrente, especialmente no campo científico, de que Igreja e ciência constituem campos opostos e de que esta impede o seu desenvolvimento. Giulia Galeotti, autora do ensaio, busca compreender as origens desse pensamento. Localiza no tempo histórico que a dificuldade em aceitar o evolucionismo nasceu da associação entre cientificismo e ateísmo (ideia de que o ser humano não foi criado por Deus). Teria sido o Iluminismo ao afirmar a premissa de que a ciência deveria se libertar das cadeias de dominação impostas pela Igreja a forjar esse lugar-comum. A autora demonstra através de vários exemplos como a Instituição Católica, especialmente no século XX, se mostrou bastante aberta a respeito das novas fronteiras científicas, principalmente daquelas relacionadas à promoção da saúde humana.

Destaca vários exemplos de cientistas, religiosos ou laicos, que conciliaram fé e ciência, bem como a importância da conciliação e da dinamicidade entre ambas para a compreensão do mundo. Uma fé sem dúvida, sem movimento e sem pesquisa se transforma em fundamentalismo, enquanto uma ciência sem abertura transcendente se transforma em tecnicismo (p.202).

Assim, fé e razão não são coisas separadas. Conforme destacou Karol Wojtila na Encíclica **Fides et ratio** de 1998 “a fé e a razão são como duas asas com as quais o espírito humano se ergue em direção a contemplação da verdade” (p.202).

Se, ao contrário do que se pensa, Igreja e Ciência não caminham em direção opostas o mesmo se pode dizer em relação ao clichê enraizado na cultura ocidental de que a Igreja é opressora das mulheres. O texto, da mesma autora, demonstra não só a importância dada a elas pela Igreja no curso de séculos, mas também o quanto a Instituição Católica ofereceu às mulheres possibilidades que a sociedade laica do mesmo contexto não oferecia.

É importante destacar que o cristianismo nasceu com uma grande atenção às mulheres, pois elas estão presentes em momentos centrais da narrativa bíblica da salvação da humanidade. Basta lembrar a importância de Maria, desde a concepção de Jesus à sua morte e também Maria Madalena: é à ela que o Cristo ressuscitado se apresenta por primeiro. Uma nova concepção sobre as mulheres, o matrimônio e a família contribuíram para mudar em positivo a existência, em especial, daquelas menos protegidas.

Também a Igreja teria propiciado uma revolução no que toca ao vínculo matrimonial, pois colocou marido e esposa no mesmo plano, com os mesmos deveres e direitos, ao contrário da lei civil. Nessa direção o feminismo é entendido como um filho da religião cristã que fez estrada somente no Ocidente, pois foi ele a propor pela primeira vez igual dignidade espiritual entre homens e mulheres. Alguns exemplos podem ser citados a partir da promoção das associações femininas e também daquelas mistas, na qual homens e mulheres eram paritários, da emergência dos movimentos feministas do qual o catolicismo tem importante participação como a valorização da maternidade e o combate ao aborto como forma de proteção a mulher entre outros. Muitos são os exemplos que mostram que a relação entre feminino e catolicismo nunca foi de oposição, mas que as mulheres sempre tiveram um lugar na Igreja que em outros contextos e situações não poderiam encontrar.

O último capítulo, de autoria de uma teóloga, discute justamente um tema que muitos atribuem como condição inerente à prática do catolicismo: o sofrimento ou o desejo que a Igreja têm que seus fieis sofram. Diante da afirmação de uma cultura que privilegia o bem estar da pessoa, a ideia de uma vida de privações ou de abdicação dos prazeres e confortos mundanos parece impensável. As questões que permanecem em aberto para os católicos são: se deve escolher entre a modernidade ou a moral da Igreja? É mais feliz a pessoa livre dos tabus de várias e diversas naturezas a pessoa posta ao foco da palavra evangélica e da moral que a Igreja continua a propor? Certamente não são questões fáceis de responder.

A Igreja não defende uma vida de dor e sofrimento aos seus fieis, mas estes existem e não podem simplesmente serem anestesiados ou eliminados

por formas superficiais para poder transparecer o bem estar. A Igreja não deu origem ao sofrimento, mas sempre soube dar uma explicação racional e teológica a ele. A sociedade hedonista e do consumo que privilegia a dimensão dos prazeres individuais não pode eliminar a dor e o sofrimento da vida, ele faz parte do agir e do sentir humano. A mensagem cristã-católica oferece espaço para a comunhão, a fraternidade e a esperança que privilegia uma dimensão salvífica e da qual nossa sociedade carece. A Igreja não quer o sofrimento dos seus fieis, mas entende que no plano de Deus este tem uma explicação e não pode ser eliminado nem pelas mais avançadas tecnologias criadas pelo homem.

Para finalizar destaco que o livro oferece uma imensa contribuição para desconstruir estereótipos e incompreensões históricas, em geral forjadas pelos inúmeros críticos da Igreja ao longo do tempo, e perpetuados como verdades inquestionáveis no mundo atual. Por que um livro escrito somente por sete mulheres. A resposta bem humorada de Lucetta Scaraffia, organizadora da obra, na sua introdução resume o bem o seu espírito: “Per tanti motivi, naturalmente, ma anche perché sono fra i migliori storici sulla piazza, e forse fra i pochi che sanno scrivere in linguaggio divulgatio” (p.8).

Resenha recebida em junho de 2017. Aceita em julho de 2017.